

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Introdução ao estudo da Amazônia Brasileira

OSÓRIO NUNES

(Da Associação Brasileira de Municípios)

II

XIV — O SISTEMA DE CRÉDITO

SE o desenvolvimento econômico do país depende da orientação traçada ao crédito agrícola e industrial, a Amazônia desconhece tanto um como outro. A rigor, não existe, pois, um sistema de crédito na Amazônia. Funciona uma estrutura bancária obsoleta e incerta, oscilando entre a pobreza de capitais e a falta de taxas favoráveis no mercado de dinheiro. Dos 27 estabelecimentos de crédito que operam nas seis unidades federadas da região, a maioria é constituída de simples bancos coletores. Realizam maiores benefícios em outras praças e concorrem para a exaustão dos municípios, de onde carreiam recursos para as sedes, sem efetuar uma correspondente redistribuição de crédito. Deixam de ser, portanto, fontes impulsoras do progresso, porque não consideram a lavoura, a pecuária e a indústria de transformação, preferindo operar nas cidades, mediante empréstimos comerciais garantidos, a altos juros e curto prazo. Aliás, não poderiam adotar atitude mais conveniente, porque é bem claro que bancos de depósitos à vista e a curto prazo não podem enfrentar, sem sérios riscos, empréstimos a juros baixos e longo prazo. Acresce que as operações bancárias na Amazônia se ressentem de praxes ultrapassadas no moderno mundo dos negócios, e que lá persistem, acompanhando em escala decedente a inadequada organização brasileira.

Naquela parte do país, ainda não se formou uma tradição apoiada em fortes e regulares apelos à caixa dos bancos, que lhes desse a função de dinamos e reguladores dos empréstimos regionais.

Os dois Estados que ali assentam, o Pará e o Amazonas, aos quais se viria acrescentar o Território do Acre e de onde seriam desmembrados os Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé, tinham a sua economia apoiada na cultura agrícola, na exploração agropecuária e, concomitantemente, na apanha dos produtos naturais, sem exigência de extraordinários investimentos, quando o "rush" da borracha impôs a necessidade de um sistema de crédito capaz de servir de suporte a uma economia que chegava a representar o segundo lugar nas exportações da República. Singularmente, não se criou o crédito bancário. Apenas, os bancos intensificaram seus negócios com os comerciantes. Os produtores continuaram desassistidos. E, na oportunidade em que era aparelhado o financiamento de centenas de empresas de plantação da "hevea brasiliensis" nas Índias Orientais, a produção de borracha amazônica saía do fundo da mata virgem mediante curioso processo econômico a que já aludimos mas que não será desnecessário repetir. O seringueiro, que não era empregado do seringalista, obtinha dêste, o dono do seringal, adiantamento em bens e mercadorias, por conta da borracha que colheria. O seringalista levantava êsses bens, nas praças de Manaus e Belém, aos "armadores", a crédito do produto que estava sendo colhido. Por sua vez, o "aviador" levantava mercadorias dos importadores por conta dos compromissos do seringalista. Todos, de alto a baixo nessa cadeia de interesses, tinham proveito em movimentar ao máximo o mecanismo. Paradoxalmente, a fortuna do seringalista era medida não pelos bens que possuía,

mas pelas dívidas que contraía na capital. No instante em que a borracha asiática inundou o mercado mundial, todo o singular sistema de "crédito", como acentua Araújo Lima, veio abaixo, arruinando aos componentes indistintamente.

Uma política bancária bem inspirada poderia diminuir os efeitos da "debacle" e orientar a economia amazônica para outros rumos. Era o instante em que deveria entrar em cena o Banco do Brasil, estimulando, como principal estabelecimento de crédito da nação, a pecuária do Marajó, do baixo Amazonas e do Alto Rio Branco, fortificando a retomada das tradições agrícolas da região ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e noutras áreas, incentivando a indústria de transformação nos núcleos urbanos mais adiantados. A transição para outro estágio econômico, numa região assim desprovida do arcabouço em que se apoiava, somente poderia ser propiciada mediante a irrigação de crédito criteriosa, levado das fontes de onde promanava intacto. Tendo entretanto contribuído com elevadas percentagens para a renda nacional, a Amazônia naufragou, abandonada do governo da União, regredindo ao estágio econômico em que a penetraram os primitivos portugueses. Lançou-se à extração de produtos da terra e da água, de cotação incerta e necessidade de segunda escala, sem método, sem orientação, sem esperança. Daí partem as amargas recriminações com que as populações amazônicas encaram as iniciativas surgidas em qualquer ponto da Federação e que se relacionem com seu labor.

Sem irrigação financeira, as atividades caíram no marasmo. Somente a indústria extrativa, baseada notadamente na castanha, madeiras, sementes, fibras, essências e peles silvestres, com a rudimentar agricultura e a pobre pecuária, mantinham as populações, até que a urgente necessidade de uma fonte de abastecimento de borracha no hemisfério, comprometidas as plantações do Oriente, forçou o governo norte-americano a acordar com o governo brasileiro a criação do Banco de Crédito da Borracha, para assegurar o financiamento da produção de goma elástica. A constituição do Banco foi autorizada pelo governo federal através do Decreto-lei n.º 4.451, de 9 de julho de 1942, mas somente em fevereiro do ano seguinte, entrou

em funcionamento efetivo. A necessidade de um autêntico instituto de crédito se fazia tão premente, que o capital inicial, de 50 milhões de cruzeiros, teve de ser triplicado, em menos de um ano e meio. Desde que intensificada a indústria extrativa de borracha, a região amazônica passou a depender do Banco de Crédito de maneira completa. Em quatro anos, a entidade passou a ser encarada como a espinha dorsal de sua economia. Por essa razão, encerrada a guerra, eliminada a necessidade do produto que determinara sua abertura, mesmo assim o Banco da Borracha não pôde fechar as portas, como seria natural. Os característicos do organismo de emergência nem por isso deixaram de influir na marcha do instituto e eis que, retirados os diretores norte-americanos, entrou em colapso, abalando o organismo econômico do vale. A essa altura, o Banco do Brasil que, praticamente, deixara de operar na região norte, foi convocado a acudir o estabelecimento em crise, atendendo-lhe a apelos antitécnicos à sua caixa. Dessa forma, segundo exposição do Sr. Otávio Meira, presidente do B. C. B., perante a Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em sucessivos pedidos de crédito o estabelecimento que dirige levantou no Banco do Brasil cerca de 60 milhões de cruzeiros. Com êsses e outros recursos, providos pelo governo federal, após gestões junto ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, foi possível manter, êste ano, o "status" econômico que a guerra veio recriar na Amazônia. Depende, entretanto, o Banco da Borracha de importantes providências complementares, para evitar nova crise na planície amazônica e entre elas bem que se enquadra a advertência contida no Relatório do Banco do Brasil para 1948, em que as autoridades da casa previnem não ser possível fazer crédito agrário e industrial, no volume e extensão solicitados, com frequência, por associações de classe e órgãos interessados, sem prover, com recursos suficientes e a juro baixo, a Carteira distribuidora do crédito "O fulcro do nosso crédito agropecuário — diz o Banco — está no fornecimento de recursos para as aplicações, a custo capaz de permitir empréstimos a juros suportáveis pela lavoura e pela pecuária".

Ora, o Banco de Crédito da Borracha, indenizados os acionistas norte-americanos que dêle agora

se despedem por não lhe necessitarem os serviços e não concordar com a estrutura de banco de fomento da produção em seus variados aspectos, prepara-se para exercer amplas atividades, através de Carteiras de Crédito Agrícola e Industrial, Crédito Geral e Comercial, visando estimular o saneamento, colonização, abastecimento das zonas de produtos nativos de valor econômico e comercial, aquisição de maquinismos, utensílios e materiais necessários à colheita, beneficiamento e guarda desses produtos, plantio e cultura sistemática, desenvolvimento dos meios de transporte entre as regiões produtoras e as consumidoras, organização de cooperativas de seringueiros, seringalistas e outros extratores de matérias primas. Compreendem os mais urgentes problemas da região e, por isso mesmo, exigem fundos suficientes e regulares, para evitar como expressa o mencionado Relatório do B. do Brasil que, enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados destinados a um amplo crédito agrícola, se torne impossível o financiamento adequado da produção.

XV — OS TRANSPORTES

A distribuição dos transportes na Amazônia indica a predominância das aquavias e aerovias.

É uma conseqüência de caracterizarem a região a maior rede fluvial e a maior extensão de floresta fechada do mundo. Enquanto subsistirem as atuais condições, isto é, enquanto as águas forem os únicos caminhos de penetração no imenso revestimento florístico, as ferrovias constituirão um empreendimento econômico de alto custo, as rodovias estarão logo em seguida, na mesma proporção. Às aquavias ficará o papel de devassar a terra e carrear a produção. E às aerovias a reunião de todos os meios num tronco aeroviário à altura de vencer os obstáculos do solo, da floresta e da água. O ciclo de construção de estradas de ferro, já considerado findo no Brasil, passou através da planície deixando a marca dos trilhos da E. F. de Bragança, no Pará, com 377 quilômetros de linha, a E. F. Madeira-Mamoré, imposição de um tratado internacional, com 366 quilômetros de extensão, contornando os trechos encachoeirados do rio Madeira, a pobre E. F. do Tocantins, também para contornar trecho encachoeirado de

rio, em estado de destruição na bacia do Tocantins, e uma linha de 5 quilômetros no Estado do Amazonas. As vias são deficitárias, acompanhando a queda da receita de todas as ferrovias brasileiras em conjunto, que, em 1934, atestaram saldos favoráveis de 11% e, de 1946 em diante, entraram em regime de saldos negativos. O material usado é obsoleto e carece de renovação, no que também acompanharam o quadro geral das ferrovias nacionais. De 1934 a 1945, estas aumentaram em 102% o total de toneladas quilômetros de bagagens, encomendas e mercadorias e registraram apenas 10% de acréscimo de carros e 8% de locomotivas.

Muito pouco é possível esperar da E. E. de Bragança e da E. F. Madeira-Mamoré. As verbas de um plano de valorização econômica da Amazônia não poderão atender a ampliações de grande vulto e o Plano Salte — de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — orienta-se noutro sentido, preferindo articular entre si as linhas ferroviárias esparsas e não desperdiçar esforços em obras novas. Acreditam os autores do Plano que a solução rodoviária é a mais indicada para o problema brasileiro de transportes, pelas vantagens de toda natureza que oferece, pelo seu rendimento direto e indireto, pela maior eficiência. Ademais, opinam que o papel de penetração e consolidação do espírito nacional em regiões distantes, outrora reservado à ferrovia, é, agora, perfeitamente desempenhado pela aviação e pelo rádio. Mas como somente os elementos de contato não são suficientes e o transporte aéreo ainda não substituiu os demais na condução de altas tonelagens, urge construir rodovias para interligar os núcleos produtores. Todavia, não é tarefa convidativa na Amazônia. Segura indicação do reduzido índice de rodoviação na planície está no fato de que, em 1945, o Estado mais desenvolvido, o do Pará, contava somente 440 autocaminhões de carga e 300 automóveis de passeio. No terreno das previsões, figuram, não obstante, estradas que desempenhariam papel de relêvo, como a de Anápolis-Belém, a de Cuiabá-Pôrto Velho, assim como a de Fortaleza-Belém. Por outro lado, a ligação Macapá-Clevelândia, cortando o Território do Amapá de alto a baixo, no sentido de Caiena, é da mesma importância que a conclusão da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista,

atravessando a região das matas e atingindo a dos campos do Território Federal do Rio Branco. Essa estrada não deve parar em Boa Vista, é necessário que prossiga até alcançar Georgetown, na Guiana Inglesa. Quando se verificar a ligação Manaus-Georgetown, serão enormes as vantagens de que desfrutarão o Estado do Amazonas, e o Território do Rio Branco. Por sua vez, a estrada partindo do Rio Branco no sentido da Venezuela unirá as economias dos vales do Amazonas, do Orenoco e do Demerara dando-lhes, o eixo e as duas pontas do sistema um pôrto de mar sôbre o Atlântico, próximo à América do Norte e à Europa.

Enquanto as rodovias não podem cumprir desempenho mais relevante a rêde fluvial solicita ampla consideração. Os que conhecem a região amazônica reconhecem a importância das "estradas que andam" e a economia comprova a modicidade do custo de transporte por águas interiores, em relação aos demais sistemas. Os meandros do que Raimundo Moraes denominou de "aranhol potâmico" permitiram a incursão pelos recessos mais íntimos da mata, até onde subiram exploradores, e, em período mais próximo, as massas humanas em busca do leite da seringueira, da castanha do Pará, das variadas essências e produtos nativos. A corrida pela borracha obrigou à criação de uma frota regional de vapores, conhecidos, segundo o calado e as características, como "gaiolas", "chatas", "chatinhas", e "vaticanos", os maiores destinados aos longos percursos das caudais e os menores de preferência à navegação dos altos rios, sujeitos, como no Acre e no Rio Branco, a rigoroso regime de estiagem, secando vários meses por ano, quando ficam as praias a descoberto e, não raro, o próprio álveo do rio. Frequentes vezes, uma embarcação de apreciável calado vai navegando e, de súbito, os passageiros podem ser convocados a descer a pé enxuto, a fim de escorar o navio, surpreendido pela vazante.

Implantada a borracha asiática no mercado mundial, a frota da Amazônia não pôde ser renovada. A castanha, convertida em suporte da economia, não era tão urgentemente necessária — apenas um dos muitos produtos de sobremesa do solo brasileiro. Mesmo assim, valorizou a navegação do Tocantins, definida pelo emprêgo de "motores", embarcações no máximo de 30 toneladas, movidas a óleo cru que sobem e descem o

rio, contornando as pedras das cachoeiras, num heroísmo cotidiano e banalizado. Observando o funcionamento da navegação do Tocantins, Américo Barbosa de Oliveira concluiu que é possível navegar, com relativa segurança, nos tipos de barcos existentes, desde que o motor disponha de uma potência da ordem de 2 cavalos vapor por toneladas de registro. Assim, o Tocantins, devido às corredeiras, exige uma potência quatro vezes maior para o deslocamento da mesma tonelagem do que a empregada em qualquer rio de pequena declividade, o que representa um frete quatro vezes mais onerado pelo esforço de tração do que no comum dos grandes rios navegáveis. Entretanto, apesar de tôdas as dificuldades, seu valor não atinge a metade do frete rodoviário normal e não exigiu ainda despesa alguma de construção ou reserva. Em 1890, diz ainda o mesmo estudioso, iniciou-se em Alcobaça a construção de uma estrada de ferro (E. F. do Tocantins) destinada a substituir a navegação no rio até Praia da Rainha. O mato invadiu o leito da estrada e os índios expulsaram todos os moradores. Hoje, cogita-se de retomar os trabalhos, entretanto, seria mais aconselhável proceder ao melhoramento do rio do que construir tão dispendiosa estrada.

As peripécias da navegação no Tocantins não constituem regra na Amazônia pois a maioria dos grandes cursos d'água e seus tributários oferece ampla freqüência às embarcações. Impõe-se, portanto, restaurar a frota fluvial decrépita e é pouco provável que o seja por iniciativa particular, como na fase áurea de exploração da borracha. As circunstâncias indicam que ao poder público caberá êsse trabalho. Aliás, com exceção de pequenas organizações paralelas, a detentora do transporte fluvial na bacia é uma autarquia econômica do govêrno federal, intitulada Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará. O SNAAPP, sigla pela qual é conhecido, incorporou os serviços das antigas companhias inglesas "The Amazon River Steam Navegation Company (1911) Limited e "Port of Pará", que muito contribuíram para a regularidade das comunicações regionais e com o exterior. Ao iniciar-se a gestão do govêrno central o S. N. A. A. P. P. contava com "52 unidades flutuantes, para todos os seus serviços, que abrangem o transporte de passageiros e carga dos portos principais dos Estados do Pará

e do Amazonas, Território do Acre e algumas das Repúblicas sul-americanas (Bolívia, Peru, Colômbia) e Guianas Francesa e Holandesa". Não tem sido possível dotar o organismo de um número de navios reclamado pelas necessidades locais, gerando impaciências entre viajantes e transportadores. A autarquia federal reflete o panorama da Amazônia, onde está por criar uma exploração econômica estável, assecuratória de inversões na indústria de transportes. Para assegurar melhor escoamento à produção, é necessário reaparelhar os portos de Belém e Manaus, que figuram entre os de maior extensão acostável com que conta o país. O Plano SALTE procurou atender a essas necessidades, destinando, respectivamente, ao primeiro, 26.990 milhões de cruzeiros, e ao segundo, 10.211 milhares de cruzeiros. No pôrto de Belém, inclusive 6 milhões de cruzeiros para a reconstrução de 600 metros de cais no bulevar Castilhos França, há anos derruídos e, no de Manaus, 1.500 milhares de cruzeiros para construção de um flutuante com estrutura de ferro e piso de concreto. Com a ampliação da capacidade de seus dois maiores portos, a região amazônica ficará em melhores condições para equilibrar a sua balança comercial, que lhe é fortemente negativa.

Ao mesmo tempo que se restaure a navegação fluvial, é conveniente estudar a articulação das linhas de navios com a navegação aérea. Águas favoráveis constituem o melhor pouso de aviação na Amazônia e o emprêgo de aviões anfíbios permite cruzeiros regulares que reduzem a horas a distância de meses entre as ilhas econômicas do deserto verde. A significação das aerovias, inauguradas pela Panair do Brasil, em 1933, transcendendo os limites políticos do Brasil e vai até o Peru, cujo pôrto fluvial de Iquitos é terminal da rede aeroviária amazônica. Os caminhos aéreos aproximaram as populações separadas pela floresta e pela distância. Sòmente em 1945, um ano após a criação do Território Federal do Rio Branco, a remota unidade federada mais distante do Rio de Janeiro do que a cidade de Londres, com uma população de apenas 15 mil habitantes, registrou 349 passageiros que, por aerovia, atravessaram uma das regiões mais desconhecidas do mundo. Nesse mesmo ano sòmente uma das empresas aerotransportadoras que servem à planície

conduziu 143 mil quilos de carga na rota Rio-Belém.

Ultrapassada a ferrovia, ainda não possível a rodovia, resta à Amazônia nestes próximos anos, articular o caminho fluvial com a estrada aérea, quebrando o insulamento de suas populações e garantindo pronta colocação para os produtos do vale do rio-mar.

XVI — A ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização municipal é uma das causas da estagnação econômica da Amazônia.

Devido às condições primitivas em que se encontra a maior parte da região norte do Brasil, verifica-se ali maior incidência dos resultados de um fenômeno de estrutura nacional — a participação dos municípios do interior no dinheiro arrecadado, cobrado ou emprestado na República. Considerando bem a deslocação das rendas públicas no país, os recursos fluem dos municípios para as capitais dos Estados e destas para a capital federal. No encaminhamento das rendas para a capital, seguem, deixando o município, o valor dos depósitos bancários, as contribuições para institutos de previdência e autarquias econômicas, além de várias outras modalidades de evasão das disponibilidades financeiras.

As cifras referentes a quatro períodos fiscais do Brasil, escalonados em decênios, exprimem a precaridade dos recursos tributários de um milhar e meio de municípios do interior, em face das entradas financeiras do governo federal e das administrações estaduais. Em 1907, por exemplo, a União arrecadou 536.000 contos de réis, os Estados e o Distrito Federal 206.653 e os municípios 71.05; em 1917, a União teve 537.441 contos da renda total do país, os Estados e o Distrito Federal tiveram 319.097, e os municípios 106.382 contos de réis; já em 1927, a arrecadação do governo federal era de 2.039.506 contos de réis, enquanto a dos Estados e do Distrito Federal alcançava 1.170.237 contos, e a dos municípios mal passava dos 300 mil contos, exatamente 334.308; o ano fiscal de 1937 foi encerrado com 3.462.476 contos de réis, para o governo central, 2.139.401 para os Estados e o Distrito Federal, e 672.752 para os municípios; finalmente, em 1946, segundo dados ainda sujeitos a retificação,

de um total de 21 bilhões, 626 milhões e 196 mil cruzeiros, arrecadados pelos três aparelhos tributários, a União obteve 11 bilhões, 526 milhões e 576 milhares de cruzeiros os Estados e o Distrito Federal receberam 8 bilhões, 448 milhões e 870 mil cruzeiros, enquanto os municípios tiveram apenas 1 bilhão, 607 milhões e 750 mil cruzeiros.

À primeira vista, o crescimento das rendas parece atestar saúde econômica. Mas a verdade é que a evolução é ilusória. A vida encareceu e o dinheiro perdeu o poder aquisitivo. Se as condições no interior fôsem outras, o crescimento das rendas seria real, no valor do dinheiro e no aumento dos bens de consumo, beneficiando às três esferas administrativas, indistintamente. Isso não se verificou porque, acompanhando a fortuna que se retira e que não volta, seguem para a capital os demais componentes da economia do município e abandonam o interior, também para não mais voltar, os industriais, os profissionais liberais, os homens de negócios, que formavam a sua substância e vão aglomerar-se nos grandes centros urbanos. Por sua vez, diminuídas, tornadas estanques ou extintas as possibilidades locais, em tôdas as camadas da população se registram desequilíbrios e desajustamentos, que terminam na marcha dos mais capazes pelo leito das rendas que se evadem.

Não cabe discutir as fatalidades históricas ou superveniências política que criaram e mantêm o atual sistema tributário econômico e administrativo. Assinala-se, apenas, uma situação de fato. Mas é curioso observar como o governo está empenhado em restaurar as fontes secas da arrecadação das municipalidades do interior, no instante mesmo em que aumentam as contribuições compulsórias do Tesouro para a valorização de áreas abandonadas e o apêlo de erários estaduais à caixa da União. Tal empenho é mais compreensível, quando se sabe que as cifras acima examinadas, excluem do total arrecadado pelos municípios a renda das prefeituras das capitais, vastíssima em relação às do interior. Como que o presidente da República, a julgar pelas últimas manifestações públicas e o discurso de Recife, sente a necessidade de fortificar as disponibilidades das administrações locais, para que estejam em condições de enfrentar problemas de sua nítida competência, hoje transferidos, por incapacidade

financeira, para os Estados e a União. E' um caminho acertado. O Brasil é o maior país independente da América, em território contínuo, seus problemas de administração conseqüentemente vastos, e não é possível acudir a todos os setores a um só tempo. Impõe-se que cada comunidade municipal assente numa estrutura onde suas relações com o Estado e com a União não sejam de servo para senhor, de pedinte para esmoler. Para isso, é imprescindível que a organização das arrecadações tributárias e do sistema econômico se processe tendo como ponto de partida a Constituição de 1946, que aumentou as receitas municipais — receitas que só a Câmara e o Prefeito municipal como representantes da comunidade, podem aplicar no município, de acordo com "os peculiares interesses" dêste, desde que o texto constitucional não determina nenhum outro aplicador.

Utilizadas pelas prefeituras do interior as rendas que lhes são atribuídas pela Constituição, os municípios amazônicos terão dado um passo apreciável no sentido de restabelecer a vida local. A rigor, em muitos casos, será autêntica criação. Algumas das mais extensas unidades de governo local do mundo estão reunidas na Amazônia. Há municípios que são verdadeiros países, maiores do que muitos Estados da Federação, como o de Altamira, no Pará, com 258.424 quilômetros quadrados, maior do que o Estado de São Paulo. Itaituba, na mesma unidade federada amazônica, é maior do que o Ceará, com 160.863 quilômetros quadrados. E Uapês, no Amazonas, com 169.051 quilômetros quadrados, é mais vasto do que Pernambuco e Paraíba reunidos.

Em virtude das dificuldades de administração e da pobreza das comunas, são assim extensos os municípios da região amazônica e não muito numerosos, relativamente ao tamanho das unidades federadas a que pertencem. Em toda a área, isto é, na grande região natural Norte, uma das cinco em que se divide o Brasil, há 97 municípios. Dois no Território Federal do Guaporé, sete no Território do Acre, 25 no Estado do Amazonas, 2 no Território do Rio Branco, apesar de ainda não instalado até hoje, inexplicavelmente, o município de Catrimani, 57 no Estado do Pará e quatro no Território do Amapá.

Dêsse número devemos separar as capitais dos Estados e dos Territórios pois sempre desfrutam de maiores vantagens e benefícios. Na valorização econômica da Amazônia é mister considerar, em primeiro plano, os municípios do interior. Nestes é que nascem, crescem e precisam ser enfrentados os grandes problemas da planície. Os efeitos de seu abandono são dolorosos. Raros possuem assistência médica, pois os hospitais estão situados na sede do governo estadual. Mesmo aqueles que pela organização tributária do Estado, como os do Pará, atestam o segundo lugar na contribuição "per capita" de seus habitantes para as finanças municipais, não possuem meios sequer para administrar-se com regularidade. Em levantamento procedido no ano de 1945, somente duas cidades — e assim mesmo, sedes de governo, Belém e Pôrto Velho — dispunham de esgotos com sistema separador. Nesse mesmo ano, 14 municípios do Amazonas não dispunham de assistência médica ou sanitária de qualquer natureza, acompanhando a triste carência de 10 outras comunas do Estado do Pará. Habitantes que conseguem ir tratar-se na capital não voltam mais a esses lugares esquecidos, onde ronda a morte sem esperança.

As atividades econômicas, reduzidas em grande parte à indústria extrativa, não permitem nível de vida melhor. Analisando a instabilidade da economia paraense, Desiré Silva, em "O Observador Econômico e Financeiro", demonstra que o imposto de vendas e consignações, tributo que incide sobre a mercadoria tantas vezes quantas seja transacionada, garante oitenta por cento da receita estadual, enquanto o de exportação raramente atinge a três por cento. E comprova a debilidade da economia do Pará pelo fato de o imposto de indústrias e profissões representar mais de oitenta por cento das rendas municipais, evidenciando "a falta de intensidade dos fatores de vida econômica dos municípios paraenses". Sem contar com centros urbanos desenvolvidos, não pesa nos orçamentos municipais amazônicos o imposto de transmissão "inter vivos", que lastreia as finanças dos Estados mais progressistas, como São Paulo e Rio Grande do Sul e também o Distrito Federal. Condenadas as populações da gleba a viver existência primitiva e sem aspirações, é fácil compreender quão baixos são os níveis de remuneração

de trabalho. Até 1946, nos municípios de Guaporé e Alto Madeira, o salário mínimo mensal era de 290 cruzeiros. No Acre, 270 cruzeiros. Nas comunas de interior do Estado do Amazonas, estava fixado em 210 cruzeiros. No território do Rio Branco, terra de alto custo de vida, 210 cruzeiros. E, no Amapá, 195 cruzeiros, como no Estado de que anteriormente fazia parte. Tendo em vista que o homem amazônico é prolífico por excelência e sempre sustenta numerosa família, os níveis de retribuição pelo seu trabalho são bastante eloquentes.

Sem imigração, sem nenhum programa de colonização, como fazer marchar os municípios da região amazônica? Nem todos estão com a respectiva economia fundada na exploração dos recursos vegetais nativos. As comunidades servidas pela Estrada de Ferro de Bragança, as existentes na ilha de Marajó, outras no baixo Amazonas e na margem esquerda do estuário, algumas no Acre e a de Boa Vista, no Rio Branco ora se dedicam à agricultura e à pecuária, ora a ambas, concomitantemente. Mas é uma indústria empírica, rudimentar, asfixiada pela falta de crédito. Somente um sistema bancário moderno seria capaz de retirar do atoleiro uma exploração agropecuária que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil não assiste e onde apenas enxerga o fantasma dos empréstimos antitécnicos.

Os quase cem municípios da região amazônica estão condenados à morte total e a fazer malograr qualquer tentativa de desenvolvimento econômico da região se deixarem de ser rigorosamente estudadas as suas necessidades, as causas da anemia econômica que os emperra, os remédios adequados para o seu equilíbrio. E se não fôr modificado o sistema tributário de que parcamente se alimentam, se não forem corajosamente introduzidas modificações de monta na forma pela qual contribuem para o país sem lhe restar possibilidade de desenvolvimento, as verbas destinadas à intensificação da vida no deserto verde se perderão no sumidouro das obras em solução de continuidade. No município amazônico nasceu a Amazônia como unidade geopolítica, e nela está perecendo a região, morta em suas células elementares. Resta a expectativa de que, com as novas rendas e outros elementos de hábil estímulo ao crédito e a reten-

ção dos elementos produtores, seja possível fazer, de baixo para cima, dos municípios para o Brasil, uma obra que a União não poderá enfrentar sem grandes despesas e vasta margem de prejuízos — a valorização econômica da Amazônia.

XVII — A DEFESA NACIONAL

Um dos aspectos mais delicados da valorização da Amazônia é o que se relaciona com a defesa nacional.

Depois do ímpeto ocupador português e da migração contemporânea de massas nordestinas, a parte da bacia amazônica sob jurisdição brasileira não conheceu nenhum esforço de monta para o seu efetivo domínio. O primitivismo das populações do vale, o seu atrasado estágio econômico e, conseqüentemente, o reduzido rendimento das unidades federadas, afastaram da planície as atenções do governo central. A Constituição procurou corrigir o desequilíbrio, destinando parcela das rendas tributárias da União para desenvolvimento das energias regionais. A aplicação da verba federal surge como remédio e retomada de uma política esquecida. Com efeito, até 1946, não obstante a guerra no Atlântico, o vale amazônico estava olvidado como parte considerável do organismo nacional. A patriótica emenda apresentada pelo deputado Leopoldo Peres chamou, novamente, a atenção do Brasil para 41% de seu território, que se atrofiava, tomado pelo paludismo dos habitantes e pela anemia do sistema econômico. O Brasil voltava sobre seus passos e verificava ter esquecido as lições da política colonial portuguesa.

Os imperialistas da escola de Lisboa tiveram mais ampla visão geopolítica na América do Sul do que seus xenóforos descendentes. Sem possibilidade efetiva de empolgar qualitativamente esta porção do hemisfério, compreenderam que teria o domínio da América do Sul o povo que detivesse a posse de suas grandes bacias hidrográficas. Pelo Tratado de Tordesilhas, a Portugal não cabia nenhum dos dois principais sistemas potâmicos do continente, o do Amazonas, ao norte, e o do rio da Prata, ao sul. O primeiro foi possível arrebatá-lo à Espanha, quanto ao segundo, não o obteve a Lusitânia. Mas empregou denodados e sutis esforços, de que nos dá notícia Jaime Cortesão, ao afirmar que houve instante em que

os portugueses constituíam a maior parte da população de Buenos Aires. Engastado o estuário platino na coroa de Castela, os imperialistas do Tejo voltaram-se para o Amazonas, trabalhando a bacia hidrográfica que lhes restava. A criação do Estado do Maranhão, com sede em São Luís e jurisdição sobre o Grão Pará e Amazonas, é um imperativo dessa política, tão bem desenvolvida pelo marquês de Pombal, que mandou um irmão governar o norte da colônia. A unificação do Brasil, primeiro com a vinda do Príncipe Regente D. João, depois com o reinado de seu filho e de seu neto, mais tarde com a República Federativa, também sediada no Rio de Janeiro, contribuiu para o enfraquecimento da noção de importância do rio Amazonas.

Nesta altura dos acontecimentos universais, nenhum perigo militar de origem sul-americana ameaça imediatamente a Amazônia brasileira. Todavia, é da máxima oportunidade, considerar que, amanhã, a mesma teoria do "uti possidetis", que valeu a sua incorporação ao Brasil, pode ser invocada contra os interesses nacionais. Que posse útil da terra detém o Brasil na Amazônia? Existe a realidade da jurisdição administrativa, que se dilui por florestas e águas, até esbater-se definitivamente em fronteiras mortas. Pois, com exceção das lindes do Amapá e do Acre, as fronteiras do Brasil na Amazônia são fronteiras mortas. Sete são os Estados e Territórios Internacionais que confinam com o Brasil na bacia amazônica, todos naturalmente desejosos de acesso ao curso mais largo e mais favorável dos grandes afluentes, interessados no complexo amazônico, ansiosos por saída para o médio Atlântico pela vasta estrada do mediterrâneo de água doce, atravessado como um braço de mar na cabeça da América do Sul. As naturais aspirações dos condomínios na maior bacia fluvial do mundo, exigem, de nossa parte, atento exame da realidade local e internacional, através de política que um homem da responsabilidade do Sr. Valentim Fernandes Bouças só compreende através da criação de uma Divisão do Amazonas, ao lado da proposta Divisão do Prata, no Ministério das Relações Exteriores.

O Sr. Valentim Bouças considera, por certo, os movimentos de articulação que se processam entre três povos, diretamente interessados na Hiléia, a Colômbia, a Venezuela e o Equador,

juntamente com um quarto país, o Panamá, compreendido na província botânica amazônica. Isto é, com os mesmos característicos vegetais que definem as terras drenadas pelo rio Amazonas. A restauração da Grã-Colômbia, compreendendo as parcelas que se juntaram em uma Federação efêmera, após a libertação do governo espanhol, em princípios do século passado, emprestará grande força aos seus componentes, até agora impossibilitados de atitudes de alcance, em virtude da dispersão de esforços. Pela Carta de Quito, que acaba de ser assinada, fica estabelecida "a base da interdependência econômica dos países grã-colombianos dentro da unidade continental e de acordo com os princípios das Nações Unidas". Significa que a união aduaneira entre os países membros precederá à fusão, já em estudos por comissões especiais, do sistema de crédito da unificação da moeda, uniformidade do sistema de resseguros, coordenação de sistemas bancários, movimento de capitais e valores, tipos de câmbio, cotações de moedas, reunião de sistemas fiscais, e tributários. Cada uma das partes obrigará-se a atender preferencialmente, às necessidades das outras com saldos exportáveis em condições e preços que vigorem no mercado internacional. O convênio está aberto à adesão de qualquer Estado hispano-americano, "desde que se encontre em similar etapa de desenvolvimento econômico" e a Organização Econômica Grã-Colombiana gozará, em cada território, de capacidade jurídica e privilégios especiais. Não pode haver um organismo federativo que funcione em bases mais firmes e, se se levar em conta a satisfação com que os povos componentes do "agreement" acolheram a iniciativa, longamente amadurecida no espírito de cada comunidade, é de ver que surge no alto do continente uma unidade política e econômica, respeitável, com costas sobre o Atlântico e o Pacífico, diretamente interessada no Amazonas.

Não nos movem apreensões injustificáveis pela convivência afetiva que preside às relações do Brasil com as demais Repúblicas do hemisfério. Mas a existência de uma nação não se mede pela durabilidade da geração dominante e na hora em que se amplia a internacionalização do vale amazônico, sob a inspiração fraterna das Nações Unidas, é imperioso que o país detentor de dois terços da área não compareça a essa reunião de

povos com o mais parco contributo. Eis porque o primeiro passo da valorização da Amazônia brasileira deve ser o enriquecimento de seu cabedal humano. A defesa nacional, premência a que nenhuma nação se pode furtar de estabelecer, começa, na Amazônia, pela criação de uma unidade atuante, fortemente esclarecida e movimentada por uma população sadia e capaz. De acordo com um esquema estabelecido pelo coronel Inácio José Veríssimo, em 1941, o Brasil está dividido em três faixas, que constituirão os virtuais teatros de operações em caso de guerra: A primeira envolvendo o Amazonas, o Acre e o Pará (compreendidos os atuais Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé); a segunda estendida ao longo de toda a costa e constituída pelos portos e zonas de acesso a eles; e a terceira, envolvendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Na primeira faixa, diz o coronel Inácio José Veríssimo, temos um grande teatro de operações, pelo fato de não possuímos ligações interiores e, sim, ligações pelo mar, difíceis de funcionar em caso de guerra. O teatro amazônico é, assim, uma espécie de grande ilha, um Madagascar destacado do centro. E no entanto se impõe defender esta ilha, assegurar a sua posse e evitar que a embocadura de seu grande rio seja ocupada pelo inimigo. "Além disso, pelo Amazonas — acrescenta o militar e geógrafo — temos fronteira com sete países, o que quer dizer, com sete interesse e (ninguém se melindre com esta afirmativa) a nossa fraqueza lá pode ser também, durante uma guerra qualquer em que estejamos envolvidos, um incentivo a apetites imperialistas e a desejos de retificação de fronteiras". Seja, como fôr, é ainda o pensamento do mesmo oficial, a nossa política, na Amazônia, em caso de conflagração, deve ser a de que a ilha de Marajó e seu arquipélago não sirvam de base naval e aérea inimiga e que alguém se lembre de aproveitar a oportunidade de uma guerra em que estejamos empenhados para penetrar pelas nossas fronteiras terrestres. Segundo suas observações, as fronteiras, constituindo uma linha inerte, não serão os pontos de apoio para a defesa. Esta se fará sobre os eixos prováveis de penetração, ou sejam, os eixos do Amazonas e do rio Pará interessando a região de Belém e a do arquipélago de Marajó; o do Purus e Madeira, vindos do sul e

interessando a região de Manaus; o eixo do Solimões, vindo do oeste e interessando ainda a região de Manaus; o do rio Negro e do Branco, interessando pelo norte, igualmente, a cidade de Manaus. Daí se impor a necessidade de estar o Brasil em condições de defender a embocadura do Amazonas, do rio Pará e do arquipélago de Marajó, assim como barrar qualquer penetração que tome para eixo o Solimões, o Negro, o Branco, o Purus ou o Madeira.

Com a finalidade de assegurar esse organismo de defesa, concebe o coronel Inácio José Veríssimo — e nós da mesma maneira — que é preciso equipar o teatro de operações, de modo que baste a si mesmo, encontre dentro de suas fronteiras uma economia e uma aparelhagem militar que o faça viver de seus próprios recursos. Como obter esse “background” na Amazônia? “Considerar o isolamento atual desse teatro e apressar o levantamento de sua economia, de forma a torná-la menos dependente do resto do país”. E’ quando avulta a ação do Estado, ensaiada através dos Territórios de fronteira, de cuja valia tanto já significa o Território do Amapá.

No organismo brasileiro, a Amazônia não pode continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da Federação. Pela criação de uma economia saudável, pelo enriquecimento quantitativo e qualitativo das populações do vale, estará assegurada a defesa nacional e a manutenção sob a bandeira da República, do mundo de terras e águas que o sonho cosmográfico português conquistou para o Brasil.

XVIII — SAÚDE E EDUCAÇÃO

Desde que as populações amazônicas atinjam a um bom nível de saúde estarão preparadas para receber a educação.

A fim de obter excelentes condições de higiene em todo o quadro demográfico da região terá sido necessário remover e ultrapassar diversos obstáculos econômicos e sociais que condenam os habitantes à situação de inferioridade física em que se acham. Do contrário, assistir-se-á, ao máximo, a uma intensa ação curativa e todo sistema preventivo tornar-se-á insustentável pela ausência de base nos grupos a que pretende assistir. A nosso

ver, a ação do Estado, dentro da Amazônia, como nos demais trechos do território nacional, não é de se sobrepor ou substituir a iniciativa privada, em qualquer setor de atividade. É possível argumentar que a educação e a saúde constituem primordial dever do Estado. Mas o Estado não pode criar a saúde, sem a qual a educação é falha ou impossível. Compete ao poder público criar os meios para a expansão econômica e o surgimento de um melhor ajuste social, na Amazônia. Desde que se eleve o “standard of living” de cada um dos residentes, por força da melhoria econômica ambiente, será o Estado aliviado de penosas contribuições porque cada um terá para cuidar de si e deixar de encarar o governo, conforme expressou João Ribeiro, como um órgão de comunismo, um agente redistribuidor da fortuna.

O capítulo saúde-educação é, pois, um dos mais importantes da valorização da Amazônia. Diante dos efeitos de um estágio econômico rudimentar sobre a população quase primitiva, os planejadores tendem a corrigir os resultados abandonando o combate às origens. Assim já se registra uma apreciável tendência no sentido de destinar a maior parte das verbas constitucionais à debelação dos problemas sanitários da Amazônia. Não se nos afigura esta a melhor maneira de conduzir a questão. Se a Constituição destinou porcentagens das rendas tributárias nacionais, fê-lo à valorização, isto é, à intensificação, ao desenvolvimento dos recursos ecumênicos que o vale amazônico não tem podido explorar segundo um regime econômico que assegure melhor padrão de vida aos seus habitantes. A aplicação dos dinheiros federais deve obedecer, portanto, a um esquema que situe em primeiro lugar o incentivo às atividades produtivas, mediante a garantia do crédito, da circulação e da colocação dos artigos. Logo abaixo, deverão estar as questões de saúde e educação, já melhor equacionadas para solução dentro do complexo administrativo. Pois, com efeito, como criar escolas para moradores enfermos, como inverter grandes verbas na assistência curativa de doentes, que enfermarão novamente por falta de meios de higiene e conservação que a estabilidade econômica assegura?

Organizado o entrosamento, é necessário atacar rigorosamente os problemas sanitários, também intimamente relacionados com os alimentares. As

populações amazônicas são carentes de regime alimentar adequado ao meio físico e às necessidades orgânicas. Nesse, como em outros setores, o problema foi apenas afluído, mormente pela atividade do Serviço Especial de Saúde Pública — SESP — criado como exigência de guerra e que, como o Banco da Borracha, no setor econômico, não pôde desaparecer em virtude da necessidade permanente de um órgão de sua categoria. Através de acordos com os governos locais, o SESP empreendeu algumas obras de assistência e prevenção sanitária, notadamente pelo emprêgo do DDT domiciliar. Cidades como a de Cametá, uma das mais ricas do Território, foram beneficiadas com a dedetização das casas, afastando os mosquitos e levando para longe o fantasma das febres. Ao mesmo tempo, o organismo oficial adota medidas de maior alcance como seja a construção de esgotos e a instalação da rede distribuidora de água potável. Os benefícios podem ser ampliados e, naturalmente, o plano de valorização econômica da Amazônia considerará devidamente a experiência e o desenvolvimento dos trabalhos do SESP. Mas seria de conveniência encarar a proposição do plano nacional, contida no Plano SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — magnífica demonstração de vitalidade que o DASP acaba de oferecer como a melhor contribuição já reunida por técnicos brasileiros sobre a verdadeira situação do Brasil. Na introdução do anexo número um referente ao setor saúde, prescrevem os autores do útil e incompreendido trabalho: “O combate racional e intensivo às grandes doenças que assolam o país destacando-se as comumente denominadas endemias rurais: verminoses, malária, tuberculose, sífilis, peste, tracoma, boubas e câncer; a melhoria e ampliação da rede nacional de estabelecimentos de assistência médica e hospitalar, em geral; de melhoria e ampliação da assistência alimentar; a melhoria e ampliação da proteção especial à maternidade e à infância; a melhoria e ampliação e o barateamento da produção dos medicamentos essenciais”. Tudo obedecendo à premissa de que “indisfarçavelmente, não poderá haver produção eficiente, quer sob o ponto de vista qualitativo, quer quantitativo, e, portanto, enriquecimento e bem-estar coletivos, segurança social, progresso, enfim, com o elemento humano arruinado física-

mente, debilitado em sua vontade, em sua energia, pelas doenças” e que “não se poderá deixar de apontar o baixo nível econômico-social hoje observado em muitas nações, inclusive no Brasil, como o principal responsável pela fome crônica, pelo baixo nível cultural e de saúde nelas verificado”. Os capitais utilizados na correção desses fatores negativos serão em curto prazo recuperados, acentua o Plano.

E' uma orientação que deve ser estudada na intensificação da vida econômica da região. A Amazônia não deve ser transformada naquele vasto hospital em que, otimistamente, Miguel Pereira viu convertido o Brasil. Se ao país têm faltado recursos para se converter num vasto nosocômio, com todos os recursos para recolher e tratar seus enfermos, não será a Amazônia que deixará de remover as causas centenárias da elevada morbidade para curar gerações enfermas, sem meios para evitar a onipresença da morte. Evitada a tendência extrema, urge criar núcleos hospitalares necessários. Como não é medianamente possível a instalação de um hospital em cada um dos 97 municípios da região norte, sejam organizados hospitais para grupo de municípios, sediados em centro natural de comunicações e que atendam, inclusive por intermédio de ambulâncias aéreas, os diversos pontos de seu raio de ação. Os hospitais do interior são de notório papel, não só na Amazônia, em particular, como no Brasil, em geral; 14% dos habitantes da República residem nas capitais e dispõem de 45% dos leitos existentes em todo o Brasil; 86% da população vive no interior e só dispõe de 55%.

Por outro lado, se as instalações de defesa da saúde pública são insuficientes, o baixo nível de paga do trabalho humano e até a virtual ausência de dinheiro nas operações comerciais em alguns trechos da área, apresentam resultados desfavoráveis, refletidos na preponderância das moléstias de carência. Por exemplo, a cidade de Belém, com uma população urbana lutando bravamente contra a miséria e uma população suburbana vivendo nas palhoças que cercam o aeroporto de Val de Cães, que tão mal impressionaram o deputado Aureliano Leite, figura entre as seis capitais brasileiras onde a tuberculose lidera as causas de morte. A sede do Estado do Pará funciona como uma capital da Amazônia, para onde fluem todos

os desajustados da planície que conseguem deixar os gânglios econômicos onde vegetam. Pelo número de médicos e assistência hospitalar, relativamente elevada em proporção ao curandeirismo vigente no interior, a cidade de Belém atrai numerosos portadores de moléstias várias, que vêm morrer ou esperar a morte na capital. A malária está em terceiro lugar entre as causas de morte, naquela cidade, mas assume o primeiro na cidade de Manaus, em que a tuberculose, por sua vez, ocupa o terceiro posto. Moléstia por excelência das aglomerações urbanas mal organizadas, a tuberculose cobra elevado impôsto à população paraense e, por êsse motivo, joga para terceiro plano, na capital, as fatais conseqüências da malária. Entretanto, não quer significar que as febres palustres não atinjam sèriamente os grupos humanos. Dos oito milhões de impaludados que se distribuem pelo território nacional, apreciável parte está no Pará e em tôda a bacia amazônica.

São doenças que podem ser enfrentadas com vantagem. O Plano Salte prevê intensa campanha nesse sentido. Os aspectos relacionados com o combate à tuberculose revestem-se de maior amplitude. Mas, os que dizem respeito à malária já apresentam um seguro ponto de partida no programa amazônico do SESP e de algumas unidades federadas. Em Macapá, sede do Território Federal do Amapá, graças à dedetização periódica dos prédios, o nível de salubridade subiu. Naquela cidade do estuário do Amazonas é possível, hoje, dormir serenamente, sem a presença de mosquitos.

Uma bem exercida política territorial como se aplica nos Territórios do Amapá e do Acre, pode concorrer, de modo vantajoso, para a elevação dos índices de durabilidade da vida humana na Amazônia, atualmente muito baixos. Enquanto na Suécia, Holanda, França, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte e Canadá, mais de 50% dos indivíduos que morrem tem mais de 60 anos de idade, no Distrito Federal só 18,69% tem a referida idade e nas duas principais cidades amazônicas, Belém e Manaus, 15,04% e 12,13%, respectivamente conforme dados estrangeiros de antes da guerra. Simultaneamente com os Estados, o programa sanitário, preventivo e curativo, estenderá pelo vale do grande rio postos de saúde, cen-

tros de assistência e contrôle, organizações hospitalares, médicos e enfermeiras. Ao mesmo tempo, os outros setores do plano de valorização cuidarão do aumento do poder aquisitivo das populações, do barateamento dos gêneros alimentícios, da indumentária e da moradia, sem esquecer a contribuição dos institutos de previdência social.

Se os investimentos federais na Amazônia possibilitarem a criação de um regime econômico, estável, os problemas de saúde pública tornar-se-ão de mais fácil solução e os problemas educacionais terão de ser resolvidos para um grupo demográfico, saudável, apto a trabalhar em todos os sentidos, a maior planície sedimentar do mundo.

XIX — O INSTITUTO DA HILÉIA

O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica representa a mais avançada etapa a que podem chegar as relações entre os condomínios da maior bacia hidrográfica sul-americana, antes mesmo que tenham iniciado o seu aproveitamento intensivo.

E' uma solução para uma série de problemas que mal colocados ainda estão na vida de cada comunidade com áreas sôbre o vale do rio-mar. Vem regular, por via internacional, o processo de acomodação dos nove interesses diversos ali reunidos e que tendem a buscar saída para o médio Atlântico pela grande calha fluvial, eixo de um sistema potâmico que irriga 7 milhões de quilômetros quadrados.

O Instituto tem origem em proposta formulada pelo professor Paulo Carneiro, delegado brasileiro à Conferência Geral da UNESCO — Organização de Educação, Ciências e Cultura das Nações Unidas — realizada em Paris, no ano de 1945. A assembléia deliberou criar uma comissão científica com o apoio do Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, da Grã-Bretanha, França e Holanda, representando os territórios das Guianas, bem assim dos Estados Unidos, para fundação de um órgão destinado ao estudo dos problemas concernentes à educação, às ciências e à cultura da região amazônica. Visava, ao mesmo tempo, o estudo para exploração racional dos variados recursos da floresta, contribuindo também para o desenvolvimento da vida humana na região, por meio de investigações entre as sociedades primi-

tivas ou em vias de civilização, pelo estudo dos problemas surgidos na adaptação do homem ao meio tropical e por investigações destinadas a estabelecer o tipo de educação mais conveniente às populações amazônicas. Resultante da conferência de Paris, realizou-se em Belém do Pará, em agosto de 1947, uma reunião para abordar o modo de agir sobre a criação do Instituto. Posteriormente, por iniciativa dos governos do Peru e do Brasil, foi convocada uma reunião que, realizada em Iquitos, em plena selva amazônica, escolheu Manaus para sede do Instituto. Este passou a existir através de uma comissão provisória, limitada a funcionar até a ratificação do acordo internacional que estabelece a entidade. Nessa mesma reunião, foi elaborado pelo comitê financeiro o orçamento para 1948, fixado em 300 mil dólares, tendo cabido ao Brasil contribuir com metade dessa importância, entrando a Colômbia com 40.000, o Peru com 20.000, a Venezuela com 24.000, a França com 15.000, a Bolívia com 9.000, a Holanda com 5.000 dólares e o Equador com 5.000. Ficou ainda esclarecido que o Instituto possui a faculdade de estabelecer contrato com qualquer dos Estados que o constituem, para efetuar estudos em seus territórios, sem agravar seu orçamento e por conta do país contratante. Transferindo-se para Manaus, a Conferência instalou a Comissão Internacional, elegendo para presidente a cientista brasileira D. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Com todos esses movimentos preparatórios, o Instituto já transcende os limites para os quais fôra primitivamente concebido, isto é, os específicos problemas de botânica, geologia, fisiologia, agricultura, ciências e educação peculiares àquela área. O I. I. H. A. é o fulcro de um novo regime econômico-social na Amazônia, do qual cada país componente procura tirar o máximo de proveito econômico e oferecer a melhor contribuição cultural, certo de que assim influirá sobre os demais. É uma condição inelutável, porque entre os objetivos próximos e remotos do organismo não pode deixar de figurar a melhor articulação entre os diversos núcleos demográficos originários de várias raças, que habitam a Hileia. A precípua finalidade do Instituto é o estudo conjunto do meio físico e social da Amazônia, para uma solu-

ção de conjunto aos problemas repartidos pelas diversas comunidades. Dêsse modo, a posição do Brasil se reveste de dupla importância e singular delicadeza. Como senhor de dois terços da área e detentor dos melhores e mais extensos trechos do rio-eixo e seus maiores afluentes, o Brasil deve criar condições favoráveis de toda ordem ao livre trânsito dos naturais e da economia dos países limítrofes na bacia. Ao mesmo tempo — e não se veja nisto nenhum raciocínio mesquinho, mas apenas uma indicação lógica — é necessário que trabalhe a área de forma a manter a Amazônia sob seu efetivo domínio. Não seria razoável, com efeito, que, depois de tantas dificuldades para incorporar e deter a maior planície sedimentar do mundo sob a efetiva posse dos lusitanos e de seus descendentes, a ausência de uma política internacional modernamente aplicada na Amazônia a distraísse da bandeira da Federação. Hoje, as circunstâncias políticas evoluíram bastante, na América do Sul, de maneira a permitir e assegurar excelentes resultados para a internacionalização da bacia do Amazonas. Mas, até bem pouco tempo, não seria possível.

Como é geralmente sabido, a expansão luso-brasileira para o ocidente ampliou os primitivos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, verba testamentária pela qual Adão legou o mundo a Portugal e Espanha — segundo a pitoresca expressão do rei francês — mas que foi a base das explorações dos dois povos ibéricos nesta parte do mundo. A linha fixada pelo Convênio de Tordesilhas tinha seus pontos extremos e pontos correspondentes a Laguna, ao sul, e Belém do Pará, ao norte. Assim como os portugueses foram os primeiros a explorar o Prata, os espanhóis foram os pioneiros na travessia do Amazonas, nome que lhe foi dado por Orellana, após a sua célebre descida. A política colonial lusa, operando, entretanto, com grande habilidade, conseguiu deter a posse do curso inferior da vasta corda potâmica, à custa mesmo do morticínio das populações indígenas insubmissas ou perigosas. Por essa altura, os franceses haviam sido desalojados do Maranhão, os ingleses e holandeses eram expulsos dos fortes erguidos nas margens do rio cobiçado. Mais tarde, ao discutir-se a faixa de fronteiras entre a América Portuguesa e a América Espanhola, o Brasil foi mantido no domínio das terras que já integravam

a sua superfície e que correspondiam, em linhas gerais, à configuração atual. Deveu-se a decisão, notadamente, à invocada teoria do "uti possidetis", isto é, o país devia ficar no uso e administração de uma terra que ocupava útilmente, que povoava e governava. Foi, ainda, a teoria do "uti possidetis" que valeu ao Brasil as últimas incorporações territoriais com que acresceu sua área, já em princípios deste século quando o Acre, mencionado no mapa da Bolívia como "tierras desconocidas", foi paulatinamente ocupado por nordestinos, até que a diplomacia do Barão do Rio Branco consagrou o fato como de direito.

Nos últimos quarenta anos, todavia, a política brasileira no vale amazônico não se tem comprometido com a importância geopolítica da bacia hidrográfica que a caracteriza. A patriótica atitude do deputado Leopoldo Peres, levantando na Assembleia Constituinte o problema da valorização econômica da extensa região, valeu para reconsiderar o país o abandono com que não soube continuar a orientação lusa no Mediterrâneo de água doce. A esta altura, o Brasil está colocado dentro de um tabuleiro político, no alto do continente, e não pode evitar ou ignorar os lances.

De acordo com Isidoro Zanolí, em seu minucioso livro sobre a ONU e outros órgãos internacionais, a aparecer brevemente sob o título "O Mecanismo da Paz", o Instituto da Hileia visa coordenar os esforços dispersos dos países americanos no sentido de aproveitar as suas porções amazônicas através da solução de problemas de estrutura. O tratamento geral das questões, sobretudo no terreno cultural, virá demonstrar que as populações brasileiras da planície estão distantes de oferecer uma contribuição à altura da importância do país e da extensão da parte que lhe cabe. Não seria rigorosamente desejável essa fraternização na bacia, quando ainda não estamos preparados para uma representação adequada. Desde que não é possível deter a evolução dos acontecimentos, que obedecem a um encadeamento natural, o Brasil deve preparar ativo programa para convivência interamazônica. Acreditamos, dentro da realidade nacional, que a intensificação dos recursos da região, mediante o emprego das destinações constitucionais, seria um excelente suporte para a política que a proposta Divisão do

Amazonas, do Itamarati, desenvolveria no norte da América do Sul. Sem prejuízo das atividades do Instituto, a administração da valorização econômica da Amazônia deve estimular a ligação rodoviária Manaus-Caracará-Boa Vista-Georgetown, encaminhar um ramo da mesma estrada na direção da Venezuela; ligar por terra Macapá a Caiena; interligar por aquavia e rodovia as principais cidades da Hileia e seus núcleos de produção; por intermédio, inclusive das ferrovias, abrir facilidades para o trânsito de naturais e produtos da economia dos países condomínios. Simultaneamente, a elevação do nível de vida das populações brasileiras ficará em condições de exercer benéfica influência sobre os demais grupos demográficos.

Os imperativos da geopolítica da bacia amazônica determinam esse comportamento por parte do Estado brasileiro, na hora em que se vê convocado a ampliar a coparticipação aberta aos povos interessados, há um século. Tão mais necessário e esse procedimento, quando, paralelamente, exige uma política de colonização moderna, capaz de atestar, de fato e não em doutrina, que este país mantém a posse útil de uma terra para onde convergem tantos interesses. Demonstramos, em artigo anterior, apreciando a Amazônia brasileira sob o prisma da defesa nacional, que nenhum Estado pode estar seguro de intangibilidade de suas fronteiras desde que estas não sejam as lindes de um território intensamente trabalhado, populado por indivíduos conhecedores de sua posição no metabolismo do Estado, naturalmente aptos a conservar o patrimônio que lhes pertence. Naquele trabalho, chamamos a atenção para o fato de que, com a restauração da Grã-Colômbia, constituída pela união da Colômbia, da Venezuela, do Equador e do Panamá — união a que só podem aderir países americanos "em igual condição de desenvolvimento econômico" — surge uma notável expressão econômico-social no norte da América do Sul. É uma eclosão auspiciosa. Vem colocar o Brasil, pela emulação, na contingência de enfrentar as dificuldades para efetivo domínio de uma de suas zonas mortas, correspondente à quase metade do território nacional.

O Instituto da Hileia é, pois, um filho do século XX, quando, resolvidas as fundamentais questões de fronteiras do maior Estado amazônico com

seus vizinhos, o próprio Brasil, pela manifestação inicial de um de seus reputados estudiosos, vai ao encontro dos demais, propondo-lhes solução fraterna e igual para problemas confinantes. É uma demonstração da liberdade do espírito brasileiro e da compreensão com que se defronta na maior e mais populosa República do continente sul, o problema das relações com os demais Estados. Que assim seja compreendido na América a finalidade do Instituto e que este permita ao nosso, como aos demais países integrantes, a vitalização da grande mata fechada que principia a entreabrir suas virtualidades para a civilização.

XX — A MATURIDADE DA TERRA

A bacia amazônica é de uma extensão extraordinária. Não deve, entretanto, ser confundida com a Amazônia. Esta denominação, politicamente, engloba os Estados do Amazonas, Pará e o Território do Acre. Encarada, porém, como denominação geográfica, ela exige uma identidade ou uniformidade de características climáticas e botânicas que dela podem fazer uma região cujos limites não coincidam com os da bacia amazônica. É o que acontece, é claro, com algumas extensas regiões sub-andinas, as quais, embora em águas da bacia amazônica, de modo algum ninguém as incluiria na denominação de Amazônia. No que concerne à Amazônia brasileira, ainda que não claramente definidos seus limites, julgamos que grande parte das terras de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, embora tipicamente pertencentes à bacia hidrográfica, não devem ser incluídas na denominação de Amazônia brasileira. Essas regiões se integram, definidamente, na expressão geográfica, de uso corrente entre nós, seja em linguagem habitual, seja em trabalhos de cunho tipicamente geográfico: planalto central do Brasil. Quer pela estrutura, quer pelo relevo, quer pelo clima e pela vegetação, a área do "planalto central" existente na bacia amazônica, em parte de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, não se enquadra na classificação de Amazônia brasileira.

Esta, a síntese da opinião de Pedro de Moura, colecionada em trabalho editado pelo I. B. G. E. em 1943. E por estarmos de acordo com as suas conclusões, no que tange ao espaço que deve ser considerado como "Amazônia", para fins de valo-

rização previstos na Constituição brasileira, passemos a observar dentro desses limites, respeitadas as coincidências e interferências do condomínio internacional, que serão analisadas mais adiante, a situação e a maturidade da área amazônica.

O maciço guiano-brasileiro, diz ainda o mesmo autor, formado de rochas muito antigas, cristalinas, cujos afloramentos são comuns na zona costeira, desde o Rio Grande do Sul ao extremo norte do nosso país, como que estrangula, junto à embocadura do Amazonas, a sua imensa planície. Dessa maneira, adquire a planície amazônica a forma de um amplo leque aberto para oeste e que se estende muito além de nossas fronteiras, indo morrer nos contrafortes da cordilheira dos Andes; para o sul esbarra nas chapadas do planalto central brasileiro e, ao norte, nas elevações do peneplano das Guianas, o qual se inflete na direção leste-oeste, dando as linhas de conformação do continente. Aceitando o que informa Paul Le Cointe, um dos homens que melhor e que mais profundamente tem estudado a região, último continuador de uma geração de sábios que percorreram o vale, a Amazônia, no seu todo, abrange 5.594.000 quilômetros quadrados, ou, ainda incluindo a bacia do Tocantins, considerada autônoma, 6.446.350 quilômetros quadrados, segundo E. Letot. Do conjunto, cerca de dois terços fazem parte do território brasileiro, representando mais de metade da área total (Paul Le Cointe, "O Estado do Pará, a Terra, a Água e o Ar", Companhia Editora Nacional São Paulo, 1945).

Os números assim expressos estão sujeitos a reexame, porquanto, conforme bem assinala o professor Veiga Cabral, na edição de 1947 de sua Geografia do Brasil, a atual superfície do país, de 8.511.189 quilômetros quadrados, oficialmente aceita pelo governo brasileiro, foi calculada, em 1922, ao milionésimo, pela comissão organizadora da Carta do Brasil do Clube de Engenharia. Por essa razão, aliás, desprezou os números finais relativos à superfície das unidades federadas, não obstante acreditar que os levantamentos do Conselho Nacional de Geografia não concluirão por total muito diferente.

Definida em seus limites gerais, diz Pedro de Moura, a Amazônia brasileira apresenta-se como uma unidade geográfica notável, onde predomina

a imensa planície coberta de floresta tropical, dotada de apreciável regularidade climática e de uma extensa e inegalável rede de grandes rios navegáveis, que constituem as vias de acesso a todos os quadrantes da grandiosa Hiléia. Imensa planície, com a superfície ligeiramente inclinada para o nível de base, tendo suaves ondulações correspondentes aos vales que a recortam, constituindo uma rede fluvial de inextinguível riqueza, cuja densidade, em largas áreas, representa verdadeira tortura para o explorador geográfico; coberta de uma floresta tropical, úmida contínua, variada em espécies e em porte, guardando riquezas que o homem explora e transporta pelas "estradas que andam"; com uma insignificante densidade demográfica; com um clima quente e úmido, porém suportável e relativamente bom, tal é a planície Amazônica, que se apoia, ao norte, no peneplano das Guianas e, ao sul, no peneplano brasileiro e no planalto central, constituindo a Amazônia brasileira. Assim se expressando, o estudioso demonstra que a planície, sensivelmente balizada no seu eixo pelo curso do rio Amazonas, se dilata gradualmente da foz para montante, alargando-se cada vez mais, à medida que se caminha para o poente. Abarca, do lado sul do Amazonas, os baixos cursos do Tocantins, do Xingu, do Tapajós, do Madeira, e os extensos trechos brasileiros do Purus e do Juruá. Do lado setentrional, os cursos inferiores de todos os seus afluentes e as porções, em território brasileiro, do Jupurá e Içá. Ao abrir-se no Atlântico, em seu nível de base, ela se confunde com as planícies costeiras do Estado do Pará, ressaltando a típica fímbria que borda a contra-costa da ilha do Marajó e se estende pelo norte, formando a costa do Amapá. Por sinal, Agassiz, interpretado pelo Barão do Marajó em "As Regiões Amazônicas", acha que os cortes observados na ilha de Marajó mostram pela superposição das camadas que esta grande ilha, quase igual em área a Portugal, não era senão uma parte do vale principal. A mesma estratificação, a mesma espessura e disposição nas camadas mostra que ela é formada pelos mesmos depósitos que tinham, em épocas remotas, formado o que é hoje o continente. Posteriormente, a força das águas rasgou dois canais, que são as duas chamadas bôcas que circundam por um e outro lado a ilha de Marajó, que pode resistir à

força erosiva das águas, e que se vão reunir depois e lançar no mar em um ponto situado mais ao oeste do que aquele em que em outras épocas se fazia a junção.

Essa teoria está de acordo com a hipótese formulada por C. F. Hartt e reproduzida por Derby no oitavo volume do "Journal of American Geographical Society". O Vale do Amazonas, à princípio, apareceu como um largo canal entre duas ilhas, ou grupos de ilhas, das quais uma constituiu a base e núcleo do planalto brasileiro, e a outra ao norte do planalto da Guiana. Estas ilhas apareceram no princípio da idade siluriana, e um pouco depois dele. Naquela época, os Andes não existiam ainda. Neste canal, foi depositada uma série de camadas representando os terrenos siluriano superior, devoniano, carbonífero e cretáceo, as quais aparecem, sucessivamente, de um e outro lado, em terra firme, estreitando, assim, a passagem entre as duas ilhas. O levantamento dos Andes é posterior à disposição destas camadas. Antes da aparição dos Andes, ajunta C. F. Hartt, amigo e companheiro de Derby, autor da transcrição, o Vale do Amazonas consistia simplesmente em dois golfos unidos por um estreito canal. Os Andes irromperam na estrada do oeste, convertendo-o em uma verdadeira bacia, pôsto que com saídas tanto ao norte como ao sul. Todo o continente foi depois deprimido de modo tal, que as águas cobriram amplamente os planaltos da Guiana e do Brasil, e as camadas terciárias foram ali depositadas, variando em espessura e estrutura segundo as condições em que se formaram. Quando o continente surgiu outra vez sobre as águas, primeiramente levantaram-se os planaltos, nivelados por sua nova aquisição de depósitos, diz Hartt. Porém, logo depois, os atuais divisores de águas, ligando os grandes planaltos com os Andes, vieram acima d'água, e o Vale do Amazonas tornou-se um mediterrâneo, comunicando, a leste, com o Atlântico, por um apertado canal. Depois de explicar alguns dos movimentos telúricos que sucederam a esta transformação, diz ainda o professor Hartt que, continuando a sublevação, o mar interior, agora pouco fundo em virtude da deposição de muito sedimento, e ao mesmo tempo salobro pelo tributo de milhares de correntes, se estreitou rapidamente e o rio Amazonas, que dantes desaguava em um lago, ao pé dos Andes,

começou a estender seu curso, seguindo as águas que se retiravam.

Esposando a teoria de que o rio Amazonas forçou abertura para o Atlântico, ao tempo do soerguimento dos Andes, acha Pedro de Moura que, geologicamente falando, o grande caudal é um rio jovem que alcançou, porém, e precocemente, o estágio de maturidade. O exame das diversas fases da formação da Amazônia atual e, principalmente, da estrutura geológica da sua parte oriental, diz Paul Le Cointe, torna evidente que o trabalho principal da modelação de seus contornos pode ser considerado concluído e que os rios principais que a sulcam já acabaram de aprofundar seus leitos definidos, através das rochas ainda fliáveis da planície terciária, correndo, agora, sobre terrenos compactos de formação antiga. Assim, as “várzeas” terras formadas de sedimentos modernos, compostos de lodo moderno, impalpável, sem nenhuma pedra ou areia, e que formam as vastas zonas de terrenos alagadiços; os “igapós” mata sujeita à inundação, os “tesos”, nível de cota enxuta e coberto de enchentes, e a “terra firme”, terras relativamente altas e bem drenadas, são fenômenos de um mundo geologicamente rematado e não os atordoantes desequilíbrios que levaram inúmeros, a chamar de “terra imatura” a Amazônia.

XXI — A ÁREA

A área da bacia amazônica está compreendida, principalmente, na Região Norte, uma das cinco regiões naturais em que se divide o Brasil.

A fim de defini-la, em seus contornos, devemos utilizar, mais uma vez, os limites propostos por Pedro Moura, em trabalho reunido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a que já fizemos ampla referência. A denominação Amazônia engloba, politicamente, os Estados do Pará e do Amazonas e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé. No que concerne às áreas circunjacentes a essas unidades federadas, grande parte das terras de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, embora tipicamente pertencentes à bacia hidrográfica, não devem ser incluídas na denominação de Amazônia brasileira. Resta, ainda um pequeno trecho do Estado do Maranhão, que se poderia classificar de zona

intermediária entre duas grandes Regiões Nordeste e Norte.

Para fins de planejamento, entretanto, verifica-se, neste momento, uma tendência para ampliar muitíssimo os limites naturais da Amazônia. Fenômeno natural do país pobre, é óbvio que a sua parte mais modesta, economicamente falando, ao receber apreciável legado constitucional, por vinte anos, inspire desejos de participação nas verbas às que deixaram de ser aquinhoadas. Assim, registra-se, agora, o protesto oficial das bancadas parlamentares interessadas, porque o Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, conhecido como Plano Salte, consignou, na proposta orçamentária da União para 1949, 69 milhões e quinhentos mil cruzeiros para serviços de transporte em Estados fora da bacia amazônica e por conta da verba destinada ao vale do Rio Mar. Enquanto isso, programava um milhão de cruzeiros, apenas, para a única entidade contemplada na região, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

E' chegado o tempo de colocar o problema em seus devidos termos. A delimitação da área de investimentos é fundamental. E acreditamos não estar errados ao aceitar a fixação proposta por Pedro Moura, antes mesmo da elaboração da Carta Magna e que, obedecendo a um critério científico, é perfeitamente aceitável. Diversas razões militam a favor de um ajustamento que não alongue demasiado o setor de trabalho que a Constituição mandou executar. Preliminarmente, as extensas terras de Goiás e Mato Grosso, tipicamente definidas como planalto central do Brasil, são superfícies de reserva do país. Nenhum perigo de contestação internacional as ameaça, presenteemente. E por que temer os famosos “vasios interiores”? Por que essa pressa em pretender saturar todos os recantos do país desperdiçando substância humana e econômica, numa obra de afrouxamento dos núcleos já formados e que ainda não atingiram o seu ótimo de rendimento? Não se deve esquecer que o Brasil é grande, o segundo no globo, em extensão de área contínua. A civilização deve partir do litoral para o interior, a fim de se encontrar, no sertão com a que virá das fronteiras bem povoadas e guarnecidas. Pelo

menos, é o que visa a União, ao instituir e manter os Territórios Federais. Não procede, também o argumento de que a Amazônia será colonizada enquanto o Brasil Central espera a sua vez. Aquêles que julgam que quatorze bilhões de cruzeiros, quantia total prevista para aplicação, em parcelas anuais durante vinte anos chegarão para colonizar a Amazônia, estão redondamente enganados. O investimento constitucional é apenas a preliminar, o arranhão inicial para a conquista daquela zona, que abrange mais de 40% da superfície total do Brasil. Esquecendo-se que o governo norte-americano dispensou idêntica quantia, correspondente a um orçamento anual do Brasil, no aproveitamento do Vale do Tennessee, um rio comparável ao Ura-ricoera, formador do rio Branco, afluente do Negro, tributário do Amazonas, pondo-se em termos anti-racionais a aplicação de disponibilidades tão exíguas, jamais será possível encetar um trabalho de fortificação econômica da Amazônia. E o contribuinte brasileiro, que pagará o empreendimento, tem o direito de esperar que se aplique objetiva e retributivamente a renda nacional.

Isso pôsto, sem juntar as pequenas áreas circunjacentes de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, a superfície absoluta da Amazônia é de 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, desprezadas as frações. Tão extensa área está hoje dividida de forma que o Estado do Amazonas conta com 1 milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados, o Pará possui 1 milhão e 200 mil, o Guaporé, 250 mil, o Rio Branco, 215 mil, o Acre, 150 mil e o Amapá, 87 mil quilômetros quadrados. A unidade com maior participação no total é o Estado do Amazonas, com uma percentagem de 44,59% da região e a menor é o Amapá, com 3,85%. A participação na superfície absoluta do Brasil é de 41,94%.

Nas formulações geológicas, a área amazônica é uma terra em plena maturidade, cujos principais cursos d'água já encontraram o seu nível de base e permitem, de acordo com Le Cointe, e outros estudiosos, traçar um esquema das transformações sucessivas por que passou, nas diversas épocas geológicas, a zona ocupada afinal pela Amazônia. Empregando os termos do notável cientista europeu — que, há meio século estuda a Amazônia —

na época arqueana, ou no início da época primária, quando os oceanos cobriam ainda grande parte da superfície da terra, a região onde se encontra o Estado do Pará era terra firme, com declive para oeste e escoamento das águas num largo braço de mar que, se fôsse figurado num mapa moderno, representaria um verdadeiro Mediterrâneo americano, estendendo-se entre o então Continente meridional sul do Pacífico atual, e o Continente atlântico-etiópico, hoje Oceano Atlântico, e a maior parte da África; êste mar, vindo do Grande Oceano do Sul, cobria a depressão que assinala ainda o vale do Paraguai, e estendia-se para o Norte, até desembocar no Pacífico, ao oeste da Colômbia, saindo também um braço menor na zona do mar das Antilhas. Foi no fundo dêste mar interior que se depositaram as camadas siluriana, devoniana, carbonífera e cretácea. Pela gradual sublevação, na época siluriana, dos terrenos primitivos, tanto ao Norte (planalto das Guianas) como ao Sul (planalto central brasileiro), e, em consequência, pela incurvação e a emersão sucessiva, de um lado e de outro, das camadas sedimentares da época secundária, êste mar mediterrâneo foi-se estreitando cada vez mais e ficou reduzido a um simples golfo do Oceano Ocidental, com o qual, afinal, já se comunicava somente por um canal bastante apertado; suas águas iam-se tornando menos salgadas em razão das águas doces que recebia das vertentes marginais, trazendo-lhes sempre abundantes materiais sólidos; assim a depressão estava sendo aterrada lentamente pela acumulação de novos depósitos. No último período da época secundária, diz ainda Le Cointe, iniciou-se o soerguimento dos Andes, que prosseguiu durante parte da época terciária, fechando, gradualmente, a saída a oeste. Quase ao mesmo tempo, enuncia aquêl autor, de acordo com C. F. Hartt, produzindo-se a leste um gigantesco abaixamento da crosta terrestre, do qual resultou a formação do Oceano Atlântico, houve um vagaroso movimento de balanço; a massa das águas avançou, pouco a pouco, para leste, formando vastas expansões lacustres de água doce, no fundo dos quais se continuavam acumulando as camadas de sedimentos provenientes da erosão dos terrenos laterais, até que o peso das águas rompeu a antiga barreira oposta dêste lado, forçando a passagem

por um escoadouro e separando do planalto das Guianas o prolongamento do maciço granítico brasileiro; ainda se pode observar inclinando-se e desaparecendo, as encostas do primeiro, entre o Oiapoque e o Araguari, e as do segundo, entre o Gurupi e o Pará; tem-se, aliás, verificado, em pequena profundidade, nesta larga chanfradura, a presença de uma soleira subterrânea de terrenos antigos que o Amazonas transpõe agora para desaguar no Oceano.

Mais tarde, por uma progressiva sublevação, indo da periferia para o talvegue de depressão, e atingindo de 100 a 300 metros de desnivelamento, os sedimentos terciários depositados sucessivamente nas partes Oeste (em águas salobras) e Leste (em água doce) da bacia, foram gradualmente emergindo para constituir finalmente um extenso planalto elítico, orientado de leste a oeste. Nesse mesmo tempo, a erosão, violenta, no início, lenta depois, ia arrasando, nas partes mais altas, estes terrenos aluviais relativamente recentes e de fácil desagregação, desnudando o afloramento das camadas subjacentes, e assim se foi formando a planície atual, espécie de calhã muito achatada, de inclinação suave, paralela ao equador, drenada por um canal longitudinal, futuro Amazonas, ao qual vinham juntar-se, cavando como êle seus vales nestes depósitos, inúmeros coletores das águas provenientes de toda a zona, subsistindo ainda testemunhas do primeiro nível do planalto nos pontos onde qualquer proteção superficial atenuou a atividade erosiva das águas, como se vê nos morros tabulares esparsos pelas margens do Baixo Amazonas, principalmente entre Arumanduba e Frainha, ou no Tapajós, próximo a Santarém. (Paul Le Cointe, "O Estado do Pará, — a terra, a água e o ar", Companhia Editôra Nacional, Coleção Brasileira, São Paulo, 1945).

Definia-se em seu relevo físico a Amazônia, que chegaria até os brasileiros como uma herança do insatisfeito apetite imperialista luso, que tornou o Brasil condomínio numa vasta área internacional hoje povoada por interesses diversos. Limitada ao sul e ao norte pelas encostas dos planaltos brasileiros e guiano, que apresentam as primeiras cachoeiras dos afluentes do Amazonas, a oeste alcança as encostas andinas prolongando-se até a Colômbia, Peru e Bolívia e tem a leste o Oceano Atlântico. A maior planície sedimentar do

mundo, são poucas as ocorrências orogênicas. O grande rio tem fraca declividade, desde os Andes até o Atlântico. Os contrafortes meridionais do planalto servem de limite entre a Amazônia brasileira, a Venezuela e as Guianas. A cerrada vegetação tropical caracteriza a região, interrompida pela clareiras dos campos do Rio Branco, ao norte, no Baixo Amazonas e próximo da foz da poderosa veia potâmica. A floresta tropical, ou hileia, apresenta duas formações: matas das várzeas e de igapó, existentes nas zonas sujeitas à inundação fluvial, e mata de terras firmes, localizadas em trechos fora do alcance das grandes águas. Os processos pelos quais se distribui, de acordo com o regime das águas, levaram à criação de lendas sobre a instabilidade, a agressividade e os perigos de um mundo em formação. Mas a ciência já demonstra que os fenômenos fluviais no vale do Amazonas são idênticos aos de todos os cursos d'água que encontraram o seu nível de base. A grande adversária da civilização é a floresta. Tem de ser substituída pela cultura organizada da terra com cujo empreendimento ficarão afastados os fantasmas criados na planície.

A área da Amazônia está geologicamente rematada. Cumpre ao homem iniciar a sua definitiva conquista para a civilização.

XXII — OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO DA ÁREA

Expostos e discutidos os diversos elementos que conformam o problema da valorização econômica da Amazônia, é possível rematar as considerações em torno do assunto, indicando um roteiro para a aplicação da verba constitucional.

Não pretendemos que encerre uma chave absoluta. Os problemas da Amazônia são, em última análise, os problemas do Brasil, multiplicados pelas singularidades de uma região "sui generis", onde não foi possível criar uma economia estável, baseada no trabalho de grupos humanos ponderáveis.

Do balanço dos diversos fatores se conclui:

— A Amazônia brasileira, com seis milhões de quilômetros quadrados, possui apenas um milhão e meio de habitantes, o que oferece um dos mais baixos índices de densidade demográfica.

— Esses grupos demográficos retornaram, da segunda metade do século XIX a esta parte, ao

sistema econômico do Descobrimento, — à apanha de produtos naturais, da terra e da água.

— A borracha silvestre mantém um regime de economia predatória e instável, apoiada a outros produtos de cotação incerta.

— Sem base numa produção racional, as populações rurais, urbanas e suburbanas, em sua grande parte, não podem contar com os benefícios da saúde e da educação, além da maioria dos meios indispensáveis à vida.

— Em face da insuficiência e do reduzido valor da produção, assim como do minguado comércio, originário da pequena capacidade aquisitiva, não existem meios de transporte rápidos, baratos e eficientes.

— As correntes de imigração continuam a evitar o vale amazônico, por inexistência de meios rurais favoráveis à colonização com lavradores e de indústrias urbanas para emprego de técnicos.

— A inexistência de um sistema de crédito apropriado às necessidades regionais e a ausência de capitais no mercado de dinheiro.

— A péssima organização municipal, que dá às prefeituras do interior — fulcro da economia nacional — rendas insignificantes, baseadas no lamentável impôsto de indústrias e profissões.

— A má situação tributária dos Estados, que arrecadam para aplicar nas capitais uma receita lastreada pelo anti-econômico impôsto de vendas e consignações.

— A conseqüente má situação financeira das mesmas unidades federadas, ora às voltas com deficits, ora com saldos que não permitem nenhum empreendimento de monta.

— A prometedora situação dos Territórios Federais, onde o governo está invertendo anualmente cerca de 100 milhões de cruzeiros.

— A flora e a fauna entregues à economia de saque.

— A disputa pela extensão da área amazônica, para fins de valorização, até as nascentes dos tributários da bacia.

— A criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, visando uma solução conjunta para os diversos problemas da bacia.

— A disputa para fixação do critério a seguir na execução da valorização.

Dentro das possibilidades atuais do país, é possível propor as seguintes providências para uma efetiva política de conquista econômica da hileia:

No setor administrativo:

— Criação de uma Administração de Valoração da Amazônia, diretamente subordinada ao Presidente da República, com a específica incumbência de aplicar as dotações atribuídas pela Constituição à Amazônia, funcionando como um órgão central descentralizado, portanto, não devendo absorver ou concorrer com serviços já existentes, entrando, pelo contrário, em regime de colaboração com os mesmos, só criando novos organismos quando não existirem outros; reunir tanto possível os esforços das três esferas administrativas, da União, dos Estados e dos Municípios, para consecução dos objetivos comuns, segundo um regime de cooperação e distribuição de tarefas; evitar a burocratização dos serviços públicos, que devem ser encarados como de emergência e não um pretexto para plácidas acomodações na máquina burocrática; preparação de planos e sugestões com antecedência e aplicação segundo critérios distensíveis pela realidade *in loco*; rigor na entrega e na aplicação das verbas, sem cuja regularidade nenhum plano poderá subsistir, reorganização da vida municipal, notadamente através de melhor atribuição de rendas às prefeituras do interior; continuação da política de colonização de fronteiras através dos Territórios Federais existentes, criação de outros, do mesmo tipo, assim como instituição de novos, em áreas apropriadas, que as administrações locais não podem estimular, tendo em conta que a redivisão territorial é o mais seguro meio de valorizar a Amazônia.

No setor político:

— Harmonização de pontos de vista e renúncia às questões pessoais entre as correntes que respondem, no âmbito federal e no regional, pela elevação do nível econômico da Amazônia; sendo um dos aspectos cruciais do problema, se não fôr dirimido, os funestos efeitos da contenda sobre o melhor critério para execução do texto constitucional se farão sentir de maneira a anular completamente os elevados propósitos da Carta Magna.

No setor do crédito:

— Dar ao Banco de Crédito da Borracha o papel central irradiador de um novo sistema bancário, segundo as diretrizes do órgão executivo de valorização do Amazônia; idem, quanto ao Banco do Brasil, pois o funcionamento daquele não explica o desaparecimento dêste das operações normais, como vem acontecendo; barateamento das taxas de juros e estímulo aos bancos regionais; financiamento à lavoura, à pecuária e à indústria de transformação, assim como à de transportes.

No setor econômico:

— Recuperação das áreas agrícolas exaustas e criação de outras, mesmo à custa da floresta; incentivo à borracha plantada regularmente em regiões favoráveis; reunião de espécies aproveitáveis da flora em regiões escolhidas; criação de uma indústria agropecuária na ilha do Marajó e nas regiões de campos, com a substituição gradual dos rebanhos e métodos pastoris atuais por espécies selecionadas e processos modernos; intensificação de esforços no objetivo de reunir os grupos humanos em núcleos-industriais; substituição da cultura nômade, vigente na Amazônia, por hábitos estáveis, baseados em produtos de cotação certa e exploração tradicional; aproveitamento das madeiras em larga escala, mesmo com sacrifício das disponibilidades florestais; estímulo à exportação de minério, à criação de uma siderurgia regional e uma indústria hidroelétrica no Amapá; estudar e preparar, por meio de crédito e de garantias à produção, circulação e colocação de produtos, a transição para estágio econômico mais avançado; realizar, por acordo entre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e o governo do Território Federal do Rio Branco, a reunião das diversas espécies da fauna e da flora no Parque Nacional da Ilha do Maracá.

No setor de transportes:

— Apressar o aproveitamento da maior rede fluvial do mundo, mediante o emprêgo de nova frota de embarcações de diversos tipos, segundo as características das aquavias e seu regime de navegação; estimular a criação de novas e mais bem equipadas linhas de transporte aéreo, utilizando, ao máximo, os rios como pista de pouso barata e favorável ao desenvolvimento das aerovias; construir rodovias-tronco, que se articulem

com a rede nacional, o sistema regional e as estradas municipais; aproveitar os últimos serviços que poderão prestar a E. F. Madeira-Mamoré e a E. F. Bragança e, quando se tornarem irremediavelmente mais caras que o transporte rodoviário, substituí-las por estradas de rodagem; abandonar definitivamente a Estrada de Ferro do Tocantins e manter em condições de navegabilidade o trecho encachoeirado do rio Tocantins, aquavia de fretes mais baratos que qualquer outro meio de condução.

No setor demográfico:

— Elevado o nível de vida da população, por um sistema econômico-financeiro que lhe permita melhor acesso à alimentação, à indumentária e à habitação, intensificar a assistência médica preventiva e curativa, a assistência educacional em todas as suas modalidades; legislar e favorecer diretamente a reprodução, de modo a aumentar a taxa de nascimentos sobre os óbitos; preservar, quanto possível, as culturas indígenas sobreviventes, ajudando os grupos ameríndios a manter os hábitos e costumes que não chegarão para empalidecer o avanço civilizador na Hiléia; estudar rigorosamente as áreas favoráveis, de acordo com as disponibilidades imigratórias existentes, a fim de localizar, fixar, aculturar e assimilar portadores de culturas novas, que modifiquem para melhor o "melting pot" amazônico, quantitativa e qualitativamente, quebrando ou atenuando a diferença étnica entre o "far north" e o sul do Brasil. Grupar e localizar em zonas mais propícias as populações dispersas, de modo a facilitar a distribuição dos meios necessários à elevação do "standard of living".

No setor internacional:

— Criar uma Divisão do Amazonas no Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política do Brasil com sete países condôminos da grande bacia hidrográfica sul-americana; apoiar os empreendimentos do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, a fim de encontrar soluções comuns para os problemas de dominação da extensa floresta fechada; interligar os centros habitados da parte brasileira com os demais territórios da bacia, por intermédio de rodovias, ferrovias e aerovias, assim como das aquavias, abrindo faci-

lidades para o trânsito de seu intercâmbio comercial pelo território brasileiro.

Com providências assim dispostas, um plano de valorização econômica da Amazônia terá abrangido os vários aspectos que impõe uma atitude corajosa ao homem diante da floresta: saneamento, combate às endemias, imigração, transportes, colonização, regulamentação e aumento da produção, reequipamento financeiro e técnico, modernização da caça e da pesca, instituição da indústria de transformação, abandono paulatino da indústria extrativa e substituição da economia predatória por uma economia estável.

Empregando o fundo constitucional em financiamentos mediante juro módico e amortização a longo prazo, formando sociedades de economia mista, em vez da criação de órgãos dispendiosos, dando aos particulares ativa participação na direção dos trabalhos, orientando a deslocação do eixo econômico para atividades mais rendosas, por intermédio de hábil manejo do crédito, a Administração de valorização da Amazônia como órgão de comando, plenamente responsável e aliviado de embaraços burocráticos, poderá executar, pela primeira vez, uma autêntica política econômica e social do Brasil no vale amazônico.

* *

*

O Município de Jundiaí, no Estado de São Paulo, que, pelo recenseamento nacional de 1940, possuía 58 mil habitantes, dos quais 13 mil analfabetos, vem realizando um admirável esforço na Campanha de Educação de Adultos, que se desenvolve por todo o país.

E' assim que, nesse município, acham-se em pleno funcionamento 84 cursos de Alfabetização, com mais de 2.500 alunos dos quais, a maior parte está sendo custeada por fundos de empresas comerciais e industriais da próspera cidade e também por voluntários individuais.

* *

*

"Quando a administração pública realiza, mediante o dispêndio de um mínimo de recursos, um máximo de resul-

tados benéficos à comunidade pode e deve ser justamente considerada eficiente". BENEDITO SILVA.